

RECORTES DE IMPRENSA

ENSINO SUPERIOR/SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇOS SOCIAIS UNIVERSITÁRIOS

O que o "Já Está" não disse

Pedro Camacho

NÃO é intenção do «Tempo», nem é alheia essa a sua função, criticar os critérios que presidem à selecção do material a emitir no programa «Já Está».

No entanto, quem está minimamente informado sobre o que se passa com os Serviços Sociais Universitários (SSU), não poderia deixar de estranhar que se tivesse dito tão pouco, e de um modo tão inconcludente, sobre um assunto que é de importância vital para um elevado número de estudantes universitários.

Por mais penosos, conversámos com os representantes de alguns daqueles programas: João Espanha Chaves, da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, e Elisabete Câmara Lopes, da Comissão Inter-Residentes das Residências Universitárias de Lisboa. Deste modo, resolvemos dar-lhes a hipótese de poderem dizer aqui aquilo que já disseram e que, no fim, acabaram por não dizer.

O tema em debate no último «Já Está», programa televisivo de Joaquim Letria, foi o dos serviços Sociais Universitários.

Segundo o que o «Tempo» conseguiu apurar, o material finalmente emitido, segundo a opinião dos representantes dos estudantes, não traduziu aquilo que na realidade foi dito na fase de gravação do programa.

Como afirma João Espanha Chaves, «não creio que tenha existido qualquer tipo de censura. Todavia, acho que deve criticar a maneira como as coisas foram apresentadas. Quando aceitei o convite do «Já Está», foi para, em nome da Associação Académica, ir ter uma discussão franca com o responsável pela gestão dos SSU. O que eu acabei por ver no programa foram quatro estudantes subalternizados, fazendo críticas e mais críticas a alguém que acabou por estar num plano muito superior».

«Antes de tudo queremos diálogo»

Para Elisabete Câmara Lopes, a grande questão em relação às residências universitárias colo-

ca-se em termos de não existir uma política definida para aquele sector. Conforme afirma, «a realização de obras gerais cujos efeitos passados dois ou três meses, já não se sentem - tendo voltado tudo ao anterior estado de degradação - é uma questão que não se compreende e que é característica da actual gestão deste sector».

«Tempo» - Em termos de soluções, quais as alternativas possíveis?

E.C.L. - Desde logo, um maior diálogo com os residentes. Em seguida, uma política eficaz para a definição daquilo que realmente se pretende quando se efectuam obras nas residências. Não se podem continuar a realizar obras para durarem apenas dois ou três meses.

Por fim, uma fiscalização mais apertada não só das próprias obras como também do estado geral de funcionamento das residências.

Quanto aos materiais móveis das residências, eles não são substituídos com a periodicidade com que deviam, nem existe, tão pouco, um trabalho de manutenção. Mas, pior do que isso, é que não existe, uma vez mais, qualquer tipo de diálogo com as comissões de residentes. Assim, mesmo nos casos em que existe substituição de materiais, estes não são os indicados. Nem está em causa a sua qualidade, é apenas uma questão de adequação.

Cantinas - um problema cortado

«T» - Outra questão que particularmente afecta os estudantes universitários, é a das cantinas universitárias. Quais são os problemas que afectam esse serviço e que a RTP não transmitiu?

E.C.L. - O grande problema das cantinas - e que foi completamente cortado no programa - é que para além da má qualidade da comida e da sua confecção, verifica-se que grande parte dos géneros não chegam ao prato dos utentes. Exemplificando com o que se passa com os pratos de galinha, aos estudantes só chegam peçoças, asas e outras coisas do género! O que realmente queremos saber, é se é isso que os Serviços Sociais realmente adquirem ou se compram frangos por inteiro!

Não se compreende ainda a inércia deste organismo ao não se resolver a abrir uma cantina ao domingo, ou um outro esquema alternativo, que forneça, naqueles dias, refeições aos estudantes deslocados da sua zona de residência. Aliás, os estudantes já se ofereceram para participar na elaboração de um qualquer esquema a implementar.

Comparado a outras situações com o que se passa em Coimbra, o nosso «subdesenvolvimento» é evidente. Para além do esquema de refeições de fim-de-semana, no sistema de «take-away», a qualidade das refeições é de tal modo superior que se torna difícil perceber porque razão a comida em Lisboa é tão má.

«T» - É verdade que está a decorrer um inquérito aos Serviços Sociais Universitários?

E.C.L. - Segundo informações de que disponho neste momento, não oficiais, está para ser divulgado o resultado de um inquérito que aponta para a não existência de irregularidades nos Serviços Sociais Universitários. É de lamentar que só agora, em 1988, se vá obter o resultado de um inquérito que foi instaurado em finais de 1982... Enfim, algo que já não traduz minimamente o actual estado destes meros serviços.

A sorte de receber a bolsa de estudo

Questão crucial, quando se fala nos Serviços Sociais Universitários, é sem dúvida a das bolsas de estudo. Aliás, a este propósito, não podemos deixar de fazer um pequeno reparo à comparação que Joaquim Letria estabeleceu entre as aspirações dos estudantes e uma bolsa de estudo condigna e as pensões dos reformados. Ninguém dúvida que essas pensões são perfeitamente degradantes. Contudo, o que estava em causa, objectivamente, eram as bolsas de estudo que são atribuídas aos estudantes universitários mais carenciados. Também existem outros termos de comparação, como os ordenados pagos em algumas empresas públicas. Isso, evidentemente, também, seria outro assunto.

Aquela intervenção de Joaquim Letria foi não só desproporcionada como demagógica. Aliás, esta opinião não é exclusiva do

«Tempo»...

João Espanha Chaves - O que se lamenta, quanto a este assunto, é que, devido aos «cortes» efectuados no programa, tenha podido parecer aos espectadores que a bolsa média dos estudantes utentes dos Serviços Sociais Universitários é da ordem dos 18 mil escudos. Essa é a bolsa máxima que só muito poucos estudantes têm a sorte de receber. Dê-se sorte, mas seria muito correcto dizer azar, porque quem a recebe tem um nível de vida absolutamente desesperado (2 ou 3 mil escudos «per capita» do rendimento familiar).

E.C.L. - Outra questão que não foi para o ar, foi a referente aos empréstimos para realização de cursos. Esta modalidade de empréstimos, que não vence juros, possibilita aos estudantes uma verba que lhes permite realizar os seus estudos e que é reembolsada após a sua licenciatura, mediante dedução de parte dos seus rendimentos de trabalho.

Esta lei, embora já exista, carece de regulamentação para se tornar efectiva. Resta saber o porquê de tal situação.

Apostar na educação

«T» - Já foram tecidas várias críticas parciais aos Serviços Sociais. Em termos globais, qual a vossa opinião sobre o que se vai passar de agora em diante?

E.C.L. - Em primeiro lugar,

gostaria de dizer que considero que os Serviços Sociais Universitários existem porque há estudantes que deles necessitam. O Estado tem, como uma das suas funções principais, a garantia do ensino. Logo à que assegurar aos estudantes mais carenciados condições efectivas de conseguirem estudar num estabelecimento de ensino superior.

Com a nomeação da vice-reitora da Universidade de Lisboa para responsável última da gestão dos Serviços Sociais Universitários, verificou-se a introdução de um certo dinamismo nestes serviços. Desde então têm-se estabelecido uma série de contactos entre aquela vice-reitora e as comissões das residências universitárias, além de visitas frequentes a uma das nossas cantinas.

Por outro lado, é verdade que quando a vice-reitora aqui chegou já existiam uma série de situações lamentáveis, que parece-nos, tendem a mudar.

Só é pena, não se encontrar o mesmo dinamismo que a vice-reitora tem, nos funcionários que se lhe encontram hierarquicamente subordinados.

J.E.C. - Creio que a grande questão é de política de educação. Deve, ou não, ser o Estado a assegurar as condições para se poder aprender? Existem instituições não estaduais que o fazem, como nós por exemplo, ao atribuímos descontos de 30 % aos bolsceiros que recorrem aos serviços da Associação Académica. Mas isso não é suficiente. Já o Estado está constitucionalmente obrigado a assegurar o direito à educação.

Mas para além do dever jurídico, as verbas que o Estado afecta ao ensino superior deveriam ser consideradas como um investimento.

No caso dos Serviços Sociais, como um investimento nas pessoas que serão os futuros quadros deste País. Assegurar um mínimo de subsistência não é suficiente e, assim sendo todos os reforços orçamentais estão justificados.

Serviços Sociais